



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO**

### **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORMAÇÃO E REVISÃO DA METODOLOGIA DE DEDUÇÃO DE IVA REFERENTE AOS ANOS DE 2024 E 2025**

#### **CADERNO DE ENCARGOS**

**QUADRO LEGAL** – Código dos Contratos Públicos – CCP – aprovado pelo DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a sua atual redação; e, considerando-se ainda o acórdão n.º 233/2018, de 2 de maio, do tribunal constitucional; e o acórdão n.º 19/2017, de 11 de julho, do tribunal de contas, que julgaram organicamente inconstitucional, no que tange ao fornecimento, à aquisição de serviços e à locação de bens móveis, do diploma regional da contratação pública, DLR n.º 27/2015/A, de 29/12, e ripristinando a vigência do DLR n.º 34/2008/A, de 28/7, com a redação do DLR n.º 15/2009/A, de 6/8.

**FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO** – **Ajuste direto**, nos termos dos arts. 20.º/1, d) e 112.º/2 do CCP, com a supra identificada redação legal



# CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

## PARTE I

### CLÁUSULAS JURÍDICAS E ADMINISTRATIVAS

#### Capítulo I

#### Secção I

#### Cláusulas Jurídicas

##### Cláusula 1.<sup>a</sup>

##### **Disposições gerais**

A entidade pública contratante é o MUNICÍPIO DE VILA DO PORTO, pessoa coletiva n.º 512 063 770, com sede no Largo Nossa Senhora da Conceição, s/n.º, 9580-539 Vila do Porto, telefone 296 820 000, endereço eletrónico [geral@cm-viladoporto.pt](mailto:geral@cm-viladoporto.pt).

##### Cláusula 2.<sup>a</sup>

##### **Objeto do Contrato**

- 1 — O presente procedimento tem por objeto a celebração de contrato de **aquisição de serviços para formação e revisão da metodologia de dedução de IVA referente aos anos de 2024 e 2025**.
- 2 — No âmbito do referido no número anterior encontram-se incluídos os trabalhos patenteados nas especificações técnicas do presente Caderno de Encargos.

##### Cláusula 3.<sup>a</sup>

##### **Preço Base**

- 1 — O preço base é, nos termos do número seguinte, o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
- 2 — Preço máximo **19.980,00 € (dezanove mil novecentos e oitenta euros)**, s/IVA.

##### Cláusula 4.<sup>a</sup>

##### **Contrato e caução**

- 1 — Haverá lugar à celebração de contrato escrito, tendo em conta o disposto no art. 95º/1, a) do CCP, com a atual redação, e não é exigida a necessidade de prestação de caução, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do art. 88º do CCP.
- 2 — As condições contratuais resultam da conjugação do disposto no presente caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.
- 3 — Integram ainda as condições contratuais os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO**

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

#### **Prazo de execução**

O prazo de execução é no máximo de **18 (dezoito) meses**, contados a partir da data da celebração do contrato.

### **Capítulo II**

#### **Obrigações contratuais**

##### **Secção I**

#### **Obrigações do adjudicatário**

##### **Subsecção I**

#### **Disposições gerais**

### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

#### **Obrigações principais do adjudicatário**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos decorre para o adjudicatário a obrigação da prestação de serviços nos termos previstos na cláusula 2.<sup>a</sup>.

##### **Subsecção II**

#### **Dever de sigilo**

### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

#### **Objeto do dever de sigilo**

1 — O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução dos serviços.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto nos números anteriores, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

#### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de quatro (4) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, das cláusulas contratuais, sem prejuízo da sujeição subsequente a



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO**

quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

#### **Cumprimento do regulamento geral sobre a proteção de dados (RGPD)**

As partes no desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução do contrato, que envolvam o tratamento de dados pessoais, observam o disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril (Regulamento Geral de Proteção de Dados) e demais legislação aplicável.

### **Secção II**

#### **Obrigações da entidade adjudicante**

### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

#### **Preço contratual**

Pela boa execução das prestações contratuais, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

#### **Condições de pagamento**

- 1 — A quantia devida, nos termos da cláusula anterior, será paga nas condições da proposta do adjudicatário, dentro do prazo de 30 dias após a receção, pelo Município da respetiva fatura.
- 2 — Em caso de discordância por parte do Município quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 3 — Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1, a fatura é paga através de cheque ou transferência bancária.
- 4- Não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.

### **Capítulo III**

#### **Penalidades e Resolução**

### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

#### **Penalidades Contratuais**

- 1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos: por cada infração concretamente detetada e fundamentada, entre 50 euros e 500 euros.
- 2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento da entidade adjudicatária, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 25% do valor do contrato.
- 3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO**

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

5 — A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **Resolução por parte do contraente público**

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de atraso significativo na execução dos serviços ou informações solicitadas.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

#### **Resolução por parte do adjudicatário**

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2 — Com exceção do disposto no número seguinte, o direito de resolução é exercido por via judicial.

3 — No caso previsto no número um, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores cessa todas as obrigações do adjudicatário ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

## **Capítulo IV**

### **Resolução de litígios**

### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

#### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro

## **Capítulo V**

### **Disposições finais**

### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

#### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

### Cláusula 17.<sup>a</sup>

#### **Comunicações e notificações**

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### Cláusula 18.<sup>a</sup>

#### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### Cláusula 19.<sup>a</sup>

#### **Gestor do Contrato**

Para efeitos do disposto nos arts. 96º/1, i) e 290º-A do CCP, na redação atual, a fase de execução do contrato será acompanhada por um **gestor do contrato**, que, desde já, fica designado como sendo a Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, desta Câmara Municipal, Dra. Lubélia Chaves.

### Cláusula 20.<sup>a</sup>

#### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em especial pelo estabelecido no Código dos Contratos Públicos.

## PARTE II

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

(a que se refere o n.º 1 do artigo 49.º e o Anexo VII do CCP - conforme D.L. n.º 111-B/2017, de 31/08)

#### **1- Objeto do contrato**

O trabalho consiste na aquisição de serviços para formação e revisão da metodologia de dedução de IVA das operações realizadas pelo Município de Vila do Porto, referente aos anos de 2024 e 2025.

#### **2- Metodologia dos serviços**

Obedecerá às seguintes fases:

**Fase I:** Revisão de procedimentos (ano 2024);

**Fase II:** Sessão de formação; e

**Fase III:** Implementação e acompanhamento (ano 2025).

#### **❖ Fase I: Revisão de procedimentos (ano 2024)**

Realizar um diagnóstico aos procedimentos, em sede de IVA efetuados pelo Município de Vila do Porto durante o ano de 2024, de forma a identificar áreas de melhoria em sede desse imposto.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Nesta fase o trabalho a realizar será o seguinte:

- Levantamento, recolha e análise de informação de suporte junto do Município de Vila do Porto, no sentido de averiguarem as operações realizadas, bem como o atual enquadramento conferido, em sede de IVA.
- Análise dos procedimentos atualmente adotados pelo Município de Vila do Porto ao nível dos métodos de dedução.

Com base na análise da informação recolhida:

- Identificar as tipologias de operações realizadas e as respetivas áreas de atividade, visando reconhecer os inputs objeto de:
  - Afetação exclusiva à realização de operações sujeitas e que conferem direito à dedução (dedução integral do IVA); e,
  - Afetação simultânea à realização de operações que conferem direito à dedução e operações que não conferem esse direito (dedução parcial do IVA – inputs de utilização “mista”).
- Identificar os métodos de dedução utilizados pelo Município de Vila do Porto;
- Se aplicável, identificar situações em que os fornecedores do Município de Vila do Porto tenham liquidado IVA em excesso, tendo em vista minimizar o montante de imposto suportado; e,
- Apurar o IVA suscetível de recuperação com os métodos em apreço.

Com o intuito de efetivar a minimização / recuperação do IVA que haja sido suportado em excesso:

- Identificar as obrigações declarativas e procedimentais que se revelem indispensáveis à recuperação adicional do IVA; e
- Apoiar nos esclarecimentos a prestar à Autoridade Tributária relacionados com o trabalho em apreço, na eventualidade de serem suscitadas questões.

### ❖ Fase II – Sessão de formação

Concluída a revisão de procedimentos, em sede de IVA, ao ano de 2024, deve ser realizada uma ação formativa, de índole prática, tendo em vista transmitir os seguintes conteúdos programáticos:

- Enquadramento em IVA das principais operações realizadas pelo Município de Vila do Porto;
- Regras de dedução do IVA nos sujeitos passivos “mistos”, incluindo um capítulo de suporte destinado à determinação dos critérios de afetação real e/ou *prorata*; e
- Procedimentos a adotar ao nível da aplicação dos métodos de dedução (afetação real e/ou *prorata*);
- Inversão do sujeito passivo nos serviços de construção civil.

### ❖ Fase III – Implementação e acompanhamento (ano de 2025)

Concluída a fase anterior, replicar a metodologia do trabalho usada no ano de 2024 (expetavelmente, já sindicada pela Autoridade Tributária), a fim de aferir se os procedimentos definidos no âmbito deste projeto estão a ser corretamente aplicados pelo Município de Vila do Porto.

Acompanhar semestralmente os procedimentos utilizados pelo Município de Vila do Porto em sede de IVA durante o ano de 2025.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO**

### **3- Reporte das conclusões do trabalho**

A conclusão resultante do trabalho deverá ser efetuada através de um relatório para cada um dos anos abrangidos, contendo a metodologia adotada na análise, a listagem dos documentos considerados, bem como, os critérios de dedução aplicados.

### **4- Custos e encargos**

Os honorários devem incluir os custos de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como, quaisquer encargos decorrentes de utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

### **5- Seguros**

É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura através de contratos de seguros exigidos por lei para o desempenho da sua atividade.

A Presidente da Câmara Municipal